

OS REVOLUCIONÁRIOS *INEFICAZES* DE HOBBSAWM: REFLEXÕES CRÍTICAS DE SUA ABORDAGEM DO ANARQUISMO

Rafael Viana da Silva¹

*A ineficácia das atividades revolucionárias anarquistas
poderia ser amplamente documentada em todos os países onde
essa ideologia teve um papel importante na vida política.²*

Eric Hobsbawm

Este artigo pretende debater criticamente os textos “O Bolchevismo e os Anarquistas”, “Reflexões sobre o Anarquismo” e em menor grau, “O Contexto Espanhol”, todos integrantes do livro *Revolucionários*, de Eric Hobsbawm.³ Servimo-nos, principalmente, dos pressupostos conceituais de Michael Schmidt e Lucien van der Walt, organizados no livro *Black Flame*. O trabalho de Schmidt e van der Walt, fruto de uma pesquisa de 10 anos sobre o anarquismo internacional, possui o mérito de debater e revisar substancialmente os estudos sobre o anarquismo, produzindo instrumentos conceituais e históricos que possibilitam uma visão global desta ideologia. Este texto também está, de certo modo, inserido numa tradição recente de pesquisas sobre o anarquismo que procura complexificar as análises e desmistificar determinados estereótipos, a partir de certos referenciais teóricos.

O autor e o foco deste artigo

O historiador marxista Eric Hobsbawm, considerado por muitos um dos maiores historiadores do século XX, dispensaria apresentações. Todavia, conhecer brevemente a trajetória do autor e o contexto de sua obra é fundamental para traçarmos alguns elos com suas análises teóricas e historiográficas. Dono de uma vasta produção acadêmica, Hobsbawm foi membro do grupo de historiadores marxistas do Partido Comunista da

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, membro do Núcleo de Investigação Social (NIS) e do Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA).

² HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 92.

³ Este artigo foi escrito antes da morte de Eric Hobsbawm. Entretanto, antes de sua revisão e publicação, soubemos de seu falecimento. Seguindo a tradição de *crítica* como homenagem, segue nossa modesta contribuição.

Grã-Bretanha (PCGB), reunidos até 1956⁴, tendo se debruçado sobre a análise de distintos contextos históricos.⁵ O conjunto de sua obra é extenso e marcado, principalmente, pela teoria marxista de análise da história.

Em 1973, um conjunto de ensaios e artigos de Hobsbawm tornou-se um livro. O título é sugestivo: *Revolucionários*, sendo dividido em cinco capítulos: 1.) Comunistas, 2.) Anarquistas, 3.) Marxismo, 4.) Soldados e Guerrilhas e 5.) Rebeldes e Revoluções. O tema que será objeto de nossa discussão é o segundo capítulo, no qual Hobsbawm faz uma análise crítica do anarquismo e de sua presença em determinados acontecimentos históricos. Concentraremos-nos no artigo intitulado “Reflexões sobre o Anarquismo”, que julgamos ser o mais problemático, ainda que os outros dois, que compõem o segundo capítulo, também mereçam um debate analítico⁶ aprofundado.

Contexto da produção de Hobsbawm

Com exceção do artigo “O Contexto Espanhol”, que trata da presença anarquista na Guerra Civil Espanhola, iniciada em 1936, os dois outros textos foram escritos em 1969, um ano emblemático para as esquerdas. A ebulição do fenômeno político do Maio de 68 francês se deu num contexto de crise do stalinismo e da burocracia soviética, que contou com uma enxurrada de críticas e oposições por parte da esquerda ao regime estabelecido na URSS.

Naquele contexto, não é de se espantar que havia uma preocupação com o retorno do “fantasma” representado pelo antigo “rival” ideológico do marxismo. Determinada historiografia, a qual julgava que as mudanças estruturais e conjunturais haviam resolvido definitivamente o *problema* do anarquismo, buscou responder, ainda que minimamente, essas críticas da esquerda.

O ressurgimento do anarquismo parecia um “fenômeno curioso e à primeira vista inesperado. Há dez anos atrás teria parecido sumamente improvável.”⁷ Esse interesse “ressurgido” pelo anarquismo, que parece improvável a Hobsbawm, não pode,

⁴ Os dissidentes formaram a revista *New Left Review*.

⁵ Como os séculos XVII e XIX: *Era das Revoluções, 1789-1848, Era do Capital, 1848-1875 e Era dos Impérios, 1875-1914*. Escreveu também uma extensa obra de História Social sobre o século XX, intitulada *Era dos Extremos*.

⁶ Para uma fulminante crítica ao artigo *Contexto Espanhol* podemos nos servir das instigantes reflexões contidas no livro do pesquisador Michel Suárez. Cf. SUÁREZ, Michel. *Considerações críticas sobre a Revolução Espanhola (1936-1937)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

⁷ HOBBSAWM, Eric. Reflexões sobre o Anarquismo In *Revolucionários*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 90.

entretanto, ser encarado com tanto espanto, ainda que devamos reconhecer que os anarquistas, naquele período, não tinham a força política das décadas anteriores. Apesar de sua intervenção política ter sofrido um decréscimo considerável em toda a Europa no pós-guerra, as décadas de 1940 e 1950, a despeito do contexto de reorganização dos anarquistas, ainda convivem com sua presença. Com base em fontes documentais⁸, podemos afirmar que, nesse período, o anarquismo está presente, mesmo que timidamente, em diversos países.

Não há dúvida que a Guerra Fria traça contornos nítidos entre as forças políticas predominantes naquele contexto (bloco soviético e capitalista). Não pretendo relativizar a influência predominante dos partidos comunistas ao redor do mundo nesse período, que me parece inegável, e nem exagerar ao interpretar a força política dos anarquistas. O que é completamente discutível é o fato de encarmos o retorno do anarquismo como algo completamente *dissociado* do contexto político e social que antecede a crise do Maio de 68 francês, o que parece ser infactível. O anarquismo, nesse contexto, não ressurgiu de maneira “inesperada”; estudos de base histórica apontam que há permanência das práticas políticas anarquistas em diversas regiões nesse período⁹.

O trabalho paciente (ou clandestino) dos anarquistas prosseguiu nas décadas de 1940 e 1950 em diversos países. Na França, a presença da Federação Anarquista francesa atesta que o anarquismo jamais desapareceu completamente. Esta organização, baseada na *síntese anarquista*¹⁰, a despeito das crises internas que puseram em questão seu funcionamento, estabilizou sua atuação¹¹ em 1953. Ela esteve presente nos acontecimentos do Maio de 68 francês¹², ainda que seus militantes reconheçam os

⁸ Um jornal em que podemos “mapear” grupos e práticas anarquistas no mundo inteiro nas décadas de 40 e 50 é o jornal *Ação Direta*. Cf. SILVA, Rafael Viana da. *Indelévels Refratários: As Estratégias Políticas Anarquistas e o Sindicalismo Revolucionário no Rio de Janeiro em Tempos de Redemocratização (1946-1954)*. Orientadora: Maria Paula Nascimento Araújo. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Departamento de História, 2011. Monografia (Bacharelado em História).

⁹ SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. *Global Fire: 150 fighting years of international anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, no prelo.

¹⁰ A polêmica internacional do anarquismo na década de 30 gira em torno dos modelos de organização anarquista. Um modelo é a *síntese* anarquista, o outro, a *plataforma*. A Federação Anarquista francesa, fundada em 1945 sob o modelo da síntese, teve um impacto central nas subsequentes discussões. Entrevista: Federação Anarquista Francesa. Disponível em <<http://www.ainfos.ca/01/feb/ainfos00073.html>>. Acessado em 28/11/2012.

¹¹ SAMIS, Alexandre. “Prefácio” In COELHO, Plínio Augusto. *Maio de 68: Os Anarquistas e a Revolta da Juventude*. São Paulo: Imaginário; Faísca, 2008.

¹² Sobre a presença dos anarquistas no Maio de 68 francês, há um relato interessante de Maurice Joyeux. “Foi após o show organizado pelo grupo Louise Michel, no Palais de la Mutualité, no qual pela primeira vez Léo Ferré cantou sua canção *Les anarchistes*, que os militantes anarquistas seguiram para a rua Gay-Lussac onde travaram batalha por toda a noite ao lado dos estudantes. Vimos a Federação Anarquista com suas bandeiras negras à frente da imensa passeata que atravessou Paris da Praça da República a Denfert-Rochereau. Durante a ocupação da Sorbonne, nossos militantes instalaram-se em prédios que davam para

limites da política preconizada pelos anarquistas neste período e alguns historiadores também. O que sustentamos aqui é que, mesmo com as dificuldades típicas que os anarquistas enfrentaram no pós-guerra, houve continuidades – restritas às condições e singularidades dos diferentes países –, que fizeram com que o anarquismo prosseguisse pela trajetória de seus militantes e se readaptasse aos distintos contextos. Tomar em conta essa presença parece óbvio aos historiadores que têm lidado com a trajetória política dos anarquistas no pós-guerra, principalmente aqueles que recusam o que Michael Schmidt chama de “mito dos cinco grandes momentos”¹³ do anarquismo, o qual terminou reduzindo a periodização da análise historiográfica dos anarquistas a apenas cinco momentos-chave.

Por essas questões, retomar esse contexto é, também, esbarrar em questões conceituais e metodológicas sobre o anarquismo que precisam ser adequadamente debatidas para a qualificação das pesquisas sobre o tema.

Lembremos que “Reflexões sobre o Anarquismo”, de Hobsbawm, está inserido num contexto mais amplo, de resposta *stalinista*¹⁴ aos acontecimentos do Maio de 68, a qual articulava a defesa das críticas que corroíam a burocracia e o monolitismo do comunismo no pós-guerra. Após o relatório de Krushev, que denunciou os crimes de Stálin, a maioria dos historiadores do Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB) optou pelo rompimento; Hobsbawm, ao contrário, permaneceu no partido. Se há certa margem de “liberdade”, os artigos de Hobsbawm contra o anarquismo, neste período, não fazem nada mais do que reproduzir a linha “justa” de crítica stalinista às correntes de esquerda que se contrapunham ao monolitismo de então. Não estamos reduzindo a produção do autor ao seu “contexto”, mas ressaltando as tensões e continuidades de seus argumentos dentro do quadro da tradição marxista e de suas guinadas teóricas. Se suas

a rua Saint-Jacques. Estavam presentes na noite em que o C.R.S. tentaram asfixiar os ocupantes, e aqueles que lá se encontravam recordam-se de Suzy Chevet e dos nossos militantes lançando baldes de água no pátio para precipitar o gás. Estiveram nas barricadas, estavam na Bolsa de Valores quando esta foi incendiada, encontravam-se em Charléty... No que me concerne, eu participava de inúmeros *meetings* anarquistas, em Assas com Morvan Lebesque e Maurice Laisant, na Sorbonne, em Censier, etc.” JOYEUX, Maurice. “A Federação Anarquista e a Revolta da Juventude” In COELHO, Plínio Augusto. *Maio de 68: Os Anarquistas e a Revolta da Juventude*. São Paulo: Imaginário; Faisca, 2008, pp. 67-69.

¹³ Optamos por traduzir “five highlights”, expressão utilizada por Schmidt, como “cinco grandes momentos”. Esses grandes momentos seriam: os episódios que envolveram a luta pelas oito horas de trabalho em Chicago, nos Estados Unidos, e os Mártires de Chicago, em 1886-1887; a fundação da Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa, em 1895, e sua famosa Carta de Amiens, de 1906, que teriam inaugurado o sindicalismo revolucionário; a Revolta de Kronstadt, em 1921, no contexto da Revolução Russa; a Revolução Espanhola de 1936-1939 e sua luta contra o franquismo e o estalinismo; a revolta francesa do Maio de 1968, principalmente na luta dos estudantes. Cf. SCHMIDT, Michael. *Cartography of Revolutionary Anarchism*. Oakland: AK Press, no prelo, tradução nossa.

¹⁴Os dissidentes formaram a *New Left Review*.

obras não podem ser reduzidas aos “ditames” do *bureau* central do Partido Comunista Britânico, o texto aqui estudado reproduz elementos críticos ao anarquismo que são constitutivos da tradição marxista em seu núcleo mais “duro” e portanto, mais ortodoxo.

Além disso, precisaremos confrontar certos problemas historiográficos e metodológicos mais amplos em sua abordagem, que nos parecem passíveis de reflexão. Tais questões merecem um debate mais aprofundado, que será realizado nos próximos parágrafos.

O anarquismo segundo Hobsbawm

*Por exemplo, um ex-teólogo que se fez sociólogo pode, quando começar a estudar os teólogos, proceder a uma espécie de regressão e pôr-se a falar como teólogo ou, pior, servir-se da sociologia para acertar as suas contas de teólogo*¹⁵.

Pierre Bourdieu

No início de seu artigo, Hobsbawm sustenta que o anarquismo “parecia pertencer ao período pré-industrial e, em todo caso, à era anterior à Primeira Guerra Mundial e à Revolução de Outubro, exceto na Espanha” (HOBSBAWM, 1985, p. 90). A análise de Hobsbawm, no artigo em questão, considera o anarquismo “um capítulo definitivamente encerrado no desenvolvimento dos movimentos revolucionários e operários modernos”¹⁶. Essa visão de Hobsbawm sobre o anarquismo não se limita ao artigo em questão.

O cerne de sua crítica caminha no sentido de relacionar o fenômeno político anarquista a um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas, considerando-o um fenômeno pré-político ou próprio de um mundo pré-industrial. Sustentando essa tese, Hobsbawm nos diz que é um “dado muito característico que esta romântica escola de revolucionários tenha sido mais leal do que ninguém, incluindo os críticos literários de seu próprio país, ao mais revolucionário entre os poetas românticos ingleses”¹⁷. O historiador marxista afirma que, quando tentou contato com os militantes dos círculos anarquistas espanhóis em Paris, na década de 50, foi-lhe indicado “como

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. “Introdução a uma sociologia reflexiva” In *O Poder Simbólico; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 2. ed.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibid, p. 90.

lugar de encontro um café em Montmartre”¹⁸. Segundo Hobsbawm, uma “reminiscência de um passado já distante de boêmios”¹⁹, rebeldes e vanguardistas parecia por demais característico”.²⁰ Ele reforça a visão do anarquismo como um fenômeno pré-político e antimoderno, ao dizer que é “possível construir um modelo teórico de anarquismo libertário compatível com a moderna tecnologia científica, mas infelizmente não será socialista”.²¹

Hobsbawm prossegue dizendo que, como ideologia, “o anarquismo não declinou de uma forma muito espetacular, porque nunca teve demasiado êxito, pelo menos entre os intelectuais”²². Para ele, “o principal atrativo do anarquismo era emocional e não intelectual”²³. Essa caricatura romântica e individualista sobre o anarquismo é reforçada pelo autor, quando ele afirma que “as versões extremadas do liberalismo individualista”²⁴ são, logicamente, tão anarquistas quanto Bakunin”²⁵.

O historiador britânico prossegue em sua sabatina, afirmando que foi a “monumental ineficiência do anarquismo que, para a maioria das pessoas da minha geração [...], determinou a nossa rejeição a ele”.²⁶ Hobsbawm acredita que “nenhuma dose de simpatia pode alterar o fato de que ele [o anarquismo] como movimento revolucionário, tenha sido ideado quase para o fracasso”²⁷. Para ele, “uma única greve

¹⁸ Idem.

¹⁹ É difícil sustentar a tese de que os exilados espanhóis residentes na França durante as décadas de 1940 e 1950 fossem boêmios e vanguardistas, no sentido “artístico” do termo utilizado por Hobsbawm. Na Espanha, o anarquismo difundiu-se essencialmente no movimento operário e camponês. A Confederación Nacional del Trabajo (C.N.T.), instância sindical influenciada majoritariamente pelos anarquistas, possuía a cifra de 1,5 milhão de aderentes nos seus momentos mais áureos. Os exilados espanhóis na França foram basicamente operários que lutaram de armas na mão contra os franquistas e setores conservadores, perfil muito distante da *caricatura* romântica que lhes parece imputar Hobsbawm. Sobre a composição operária do anarquismo espanhol e a ação coletiva dos anarquistas na Espanha, Cf. LEVAL, Gastón. *Colectividades Libertarias en España*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1972.

²⁰ HOBBSAWM, 1985, p. 90.

²¹ Ibid, p. 96. Sobre a relação compatível do anarquismo e a tecnologia, Cf. DOLGOFF, Sam. *A Relevância do Anarquismo para a Sociedade Moderna*. São Paulo: Editora Faisca, 2005. Neste título.

²² HOBBSAWM, 1985, p. 91.

²³ Ibidem.

²⁴ Esta posição do anarquismo como uma síntese do socialismo e do liberalismo é reiterada equivocadamente em algumas bibliografias. Cf. WALTER, Nicolas. *Do Anarquismo*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, s/d. A visão do anarquismo como um liberalismo extremado é completamente problemática, pois ignora a dimensão central presente em longo prazo nas práticas anarquistas desde a Primeira Internacional: sua atuação/estratégia de massas e, principalmente, sua posição socialista e anticapitalista. Uma visão de longo prazo, que tem como foco suas práticas, e não apenas suas obras, redimensiona esta noção e torna incompatível, ou pelo menos bastante problemática, essa aproximação entre liberalismo e anarquismo. Foram, provavelmente, as obras de Rocker que buscaram estabelecer, de maneira mais sistemática, essa aproximação. Cf. ROCKER, Rudolph. *A Ideologia do Anarquismo*. São Paulo: Editora Faisca, 2005.

²⁵ HOBBSAWM, 1985, p. 96.

²⁶ Ibid, pp.91-92.

²⁷ Ibidem.

dos mineiros (socialistas) nas Astúrias afetava mais o governo espanhol do que setenta anos de atividade revolucionária anarquista, que não representava mais que um problema policial rotineiro”.²⁸

Resumindo sua posição sobre as lições teóricas do anarquismo, Hobsbawm encerra fazendo uma pergunta que ele próprio responde: “Qual é o valor da tradição anarquista hoje?”.²⁹ “Em termos de ideologia, teoria e programas, o anarquismo permanece marginal. [...] Se todos os anarquistas tivessem desaparecido da face da terra³⁰, a discussão sobre tais problemas [o autoritarismo e a burocracia de Estado] não seria muito diferente.”³¹

Ele reafirma que “o anarquismo não tem qualquer contribuição significativa a fazer à teoria socialista, embora seja um elemento crítico útil”.³² Ainda que descarte o anarquismo como uma teoria revolucionária, o marxista britânico afirma que ele “tem sido – na prática, mais do que na teoria – excepcionalmente sensível aos elementos espontâneos nos movimentos de massa”.³³ Apesar disso, Hobsbawm alerta que o ressurgimento do Maio de 68, e mesmo a influência libertária na Nova Esquerda,

“é admirável, mas em muitos aspectos não somente não é nova, como também é uma regressão a uma forma anterior mais débil e menos desenvolvida de movimento socialista relutante ou sem capacidade de se beneficiar dos grandes empreendimentos da classe operária internacional e dos movimentos revolucionários do século compreendido entre o *Manifesto Comunista* e a Guerra Fria.” HOBBSAWM, Eric. Reflexões sobre o Anarquismo In *Revolucionários*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 98.

Podemos sintetizar a tese de Hobsbawm sobre o anarquismo em duas “grandes” questões, ainda que elementos periféricos possam surgir no debate: 1) O anarquismo é uma versão extremada de **liberalismo** e está assentado sobre raízes **individualistas ou “pequeno-burguesas”**. 2) O anarquismo é um fenômeno político ligado a um contexto

²⁸ Ibid, p. 92.

²⁹ HOBBSAWM, Ibid, p. 96.

³⁰ Na Rússia, na Coreia e na Bulgária, a atuação dos comunistas (stalinistas) foi fundamental para a dissolução do anarquismo. A repressão, o exílio, o fuzilamento e a deportação foram instrumentos correntes nesses países para dissolver a articulação política anarquista. Apesar disso, os anarquistas, contrariando o *leitmotiv* hegeliano, não desapareceram da face da terra e rearticularam-se, principalmente nos grandes centros Europeus e, em certa medida, na América Latina.

³¹ HOBBSAWM, 1985, p. 96.

³² Idem.

³³ Ibid, p. 97.

pré-industrial ou de países subdesenvolvidos. Com o desenvolvimento das forças produtivas, essa ideologia política **desaparece** junto com as estruturas atrasadas que o gestaram. Em suma, **o anarquismo é uma forma de ação pré-política ligada a um contexto específico de estágio de desenvolvimento das forças produtivas**³⁴ e só **floresceu em países periféricos e pouco desenvolvidos** industrialmente, onde as condições de “atraso” estavam dadas e, portanto, facilitavam sua atividade. A segunda questão nos leva a outro argumento, de que a “excepcionalidade do anarquismo espanhol” confirmaria a singularidade de sua atividade política, que somente se enraizara, justamente no país mais atrasado da Europa: a Espanha.

É preciso alertar que essa posição sobre o anarquismo não é, de maneira alguma, recente, e tampouco inovadora. Ela pode ser encontrada nas versões clássicas do marxismo³⁵, que compreendem o anarquismo como uma forma “primitiva”³⁶ ou “pequeno-burguesa” da política, ligada a setores do operariado “artesanal” e pré-industrial. São suficientemente conhecidas as posições de Marx sobre o “pequeno-burguês” Proudhon³⁷, relacionando as idéias políticas do socialista francês à sua suposta posição de classe que, por sua vez, seria resultante de determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Prosseguindo nesta análise, V. I. Lênin, em dois de seus trabalhos com maiores referências ao anarquismo, consagrará³⁸ a tese que o

³⁴ Ainda que haja uma discussão no interior do marxismo – que pode ser dividida entre uma interpretação mais ortodoxa, que prioriza o desenvolvimento das forças produtivas e as interpreta em referência à produção e não à complexidade da vida social, e outra, mais heterodoxa, que não incorre no mecanicismo consagrado na fórmula do materialismo dialético: infra-estrutura e superestrutura –, reconhecemos que, a despeito das discussões sobre a “exegese” dos textos de Marx, a prática política dos marxistas ao longo do século XX caminhou no sentido de consagrar decisivamente a interpretação ortodoxa. Se pudéssemos aplicar a máxima marxista de que “o critério da verdade é a prática”, concluiríamos, a partir da análise histórica, que o marxismo heterodoxo restringiu-se a pequenos grupos de oposição, a círculos universitários e fenômenos periféricos e que a prática stalinista, em grande medida ortodoxa, foi predominante na maior parte dos países. Sobre isso, Cf. CASTORIADIS, Cornelius. “Marxismo e Teoria Revolucionária” In. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

³⁵ Sobre a posição dos marxistas em geral sobre esta questão, Cf. ANSART, Pierre apud RUGAI, Ricardo Ramos. *O Socialismo como crítica da Economia Política: as questões econômicas na obra de Proudhon (1838-1847)*. Orientador Osvaldo Luis Angel Coggiola. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de Concentração: História Econômica. As posições de Marx, Engels e Lênin acerca do anarquismo podem ser encontradas em: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladimir. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*. Moscou: Progreso, 1976.

³⁶ Para Hobsbawm, os anarquistas “pertencem a uma espécie primitiva de movimento e suas fraquezas são evidentes: falta de teoria, de perspectivas estratégicas estabelecidas em comum e de capacidade de rápida reação tática em escala nacional”. HOBBSAWM, 1985, p. 98.

³⁷ Numa carta enviada a J. B. Von Schweitzer, Marx relaciona as proposições teóricas de Proudhon com as da “pequena-burguesia”. O termo pequeno-burguês (em francês *petit-bourgeois*) aparece no documento, que é relativamente curto, associado ao socialista francês cerca de **nove** vezes. Cf. MARX, Karl. Sobre Proudhon (Carta a J. B. Von Schweitzer), 24/01/1865. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1865/01/24.htm>> Acessado em 05/07/2012.

³⁸ Esta será a posição adotada pelos diversos partidos comunistas ao redor do mundo.

anarquismo é uma forma de “revolucionarismo pequeno-burguês”.³⁹ Para Lênin, o “pequeno-burguês ‘enfurecido’ pelos horrores do capitalismo é, como o anarquismo, um fenômeno social comum a todos os países capitalistas”.⁴⁰ Prossegue reforçando o estereótipo individualista do anarquismo, quando diz que este “[...] foi, muitas vezes, uma espécie de expiação dos pecados oportunistas do movimento operário. Essas duas anomalias completavam-se reciprocamente”⁴¹. A presença da pequena-burguesia em território russo parece comprovar a difusão do anarquismo e a relação entre as duas coisas parece estar assegurada, quando afirma que:

“Se o anarquismo exerceu na Rússia uma influência relativamente insignificante nas duas revoluções (1905 e 1917) e durante a sua preparação, **não obstante a população pequeno-burguesa ser aqui mais numerosa que nos países europeus**, isso se deve, em parte, sem dúvida, ao bolchevismo, que sempre lutou impiedosamente e inconciliavelmente contra o oportunismo.”

LÊNIN, V.I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Editora Símbolo: São Paulo, 1978, grifos nossos.

Ainda que com menor sofisticação intelectual, Trótsky⁴² considera o anarquismo na Ucrânia como um fenômeno derivado de “convulsões da pequena-burguesia camponesa” e “que não aceitava de forma alguma submeter-se à ditadura do proletariado”.⁴³ Referindo-se à *makhnovischina* – fenômeno social de massas ucraniano com grande influência anarquista e que se desenvolveu, principalmente, nos primeiros

³⁹ LÊNIN, V.I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Editora Símbolo, 1978.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 25.

⁴¹ LÊNIN, 1978, p. 25.

⁴² Trótsky comenta sobre a *makhnovichina*: “Somente um homem de espírito completamente vazio pode ver nos bandos de Makhno ou na insurreição de Kronstadt uma luta entre os princípios abstratos do anarquismo e do socialismo de Estado. Em realidade, esses movimentos eram convulsões da pequena-burguesia camponesa, a qual, seguramente, queria livrar-se do capital, mas, ao mesmo tempo, não aceitava de forma alguma submeter-se à ditadura do proletariado. Ela mesma não sabia exatamente o que queria e, devido a sua situação, não podia mesmo sabê-lo. Eis porque cobria tão facilmente a confusão de suas reivindicações e de suas esperanças, ora com a bandeira anarquista, ora com a bandeira populista, ora com uma bandeira simplesmente ‘verde’.” É importante mencionar que o termo *kulaks* não aparece nos comunicados e reflexões que mencionam o anarquismo emitidos por Trótsky no exílio. Ao contrário, já em seus comunicados emitidos **durante** a *makhnovischina*, o termo *kulaks* (proprietários de terra com uma condição financeira superior aos camponeses pobres) é *costumeiramente* associado ao movimento camponês da Ucrânia, indicando que o anarquismo estaria ligado a um setor de classe “pequeno-burguês”. E prosseguindo em sua reflexão imbuída do materialismo histórico-dialético marxista, dirá que: “Opondo-se ao proletariado, tentava, sob todas essas bandeiras, fazer voltar atrás a roda da revolução”. BLOCH, Gérard; TRÓTSKY, Leon. *Marxismo e Anarquismo*. São Paulo: Editora Kairós, 1981, p. 32.

⁴³ *Idem*. O termo utilizado na imprensa bolchevique do período é um pouco mais explícito: os “anarco-bandidos” ou contra-revolucionários eram aqueles que integravam o movimento popular da *makhnovischina*.

anos da Revolução Russa –, Trótsky convenientemente omite a participação de amplas massas camponesas e em menor grau operárias no movimento ucraniano durante a revolução, as quais evidenciariam a dimensão classista do anarquismo. Não obstante, não surpreende que essa posição não se altere sob a égide do stalinismo durante a Guerra Fria e mantenha as premissas fundamentais⁴⁴ da crítica marxista ao anarquismo anteriormente fundamentadas, considerando o anarquismo e a makhnovischina movimentos de criminosos, desertores e diretamente apoiados pelos *kulaks*.

Fenômeno essencialmente popular, a makhnovischina, longe de aglutinar criminosos e desertores, teve sua importância para além de suas fronteiras, incidindo na sobrevivência⁴⁵ da própria Revolução Russa, durante o período da guerra civil. Ainda assim, a visão predominante sobre a participação dos anarquistas nos processos revolucionários e sociais em geral, engessada por certa visão historiográfica, permanece presa a um “senso comum” douto⁴⁶, mas ainda senso comum, cujas bases, convenientemente, propomos analisar.

⁴⁴ Sobre Makhno e o movimento makhnovista, a Enciclopédia Soviética diz: “MOVIMENTO DE MAKHNO (em Russo, Makhnovshchina). Um movimento camponês kulak anárquico e anti-soviético da Ucrânia, de 1918 a 1921, liderado por N. I. Makhno; uma das várias formas tomadas pela contra-revolução pequeno-burguesa. A base social do movimento de Makhno era composta de camponeses abastados da margem esquerda da Ucrânia, especialmente das províncias de Ekaterinoslav e Kharkov, onde uma estratificação considerável dos camponeses podia ser observada já nos fins do século 19 e onde a proporção de kulaks era substancial. Foi dessa região que o movimento de Makhno retirou suas forças, recursos materiais e a maior parte de seus líderes. No entanto, a Makhnovshchina não foi um movimento local (diferentemente da revolta Antonov, por exemplo); ela cobriu um território extenso, do Dnestr ao Don. Os bandos de Makhno incluíam várias nacionalidades. A pequena cidade de Guliai Pole, na província de Ekaterinoslav, se tornou sua ‘capital’. Os prósperos estratos do campesinato da margem esquerda ucraniana que, após a revolução, haviam conquistado as propriedades de muitos latifundiários daquela área, tiveram influência decisiva na orientação política do movimento de Makhno. Em alguns momentos, quando houve ameaças da restauração dos grandes proprietários de terra (sob a ocupação alemã e sob os Guardas Brancos), estratos relativamente amplos das massas camponesas se juntaram ao movimento de Makhno; na luta contra o poder soviético, os seguidores de Makhno conseguiram apoio das pessoas abastadas do campo. A partir de 1921, o movimento foi apoiado apenas pelos kulaks. Elementos desclassificados reuniram-se sob a bandeira de Makhno durante toda a existência de seu movimento – desertores, antigos soldados da Guarda Branca e criminosos; no período final, esses elementos terminaram predominando.” Grande Enciclopédia Soviética. MOVIMENTO DE MAKHNO. <<http://www.nestormakhno.info/english/gse-makhno.htm>>, Acessado em 06/05/11, tradução nossa.

⁴⁵ Segundo Berkman, “quando Denikin conseguiu alcançar Orel, ameaçou Moscou e a própria existência do governo soviético, Makhno e seu exército de camponeses atacaram o general czarista, derrotaram-no em diversos confrontos decisivos, separaram o exército dos Brancos e suas bases de aprovisionamento e forçaram Denikin a bater em retirada.” BERKMAN, Alexandre. “Nestor Makhno, o homem que salvou os bolcheviques” In SKIRDA, Alexandre *et al.* *Nestor Makhno e a Revolução Social na Ucrânia*. São Paulo: Imaginário, 2001, p. 60.

⁴⁶ Segundo Bourdieu, “estes instrumentos fazem que ele corra um perigo permanente de erro, pois se arrisca a substituir a doxa ingênua do senso comum pela doxa do senso comum douto, que atribui o nome de ciência a uma simples transcrição do discurso de senso comum.” BOURDIEU, Pierre. “Introdução a uma sociologia reflexiva” In *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 44.

Anarquismo: um fenômeno individualista?

Hobsbawm, ao sublinhar um suposto “caráter primitivo”⁴⁷ da teoria anarquista, chega a conclusões muito curiosas. Diz-nos que o voluntarismo dos militantes anarquistas em sua prática política amparava-se freqüentemente em bases filosóficas irracionais (Nietzsche, Sorel, Stirner) e que, não acidentalmente, essas justificativas teóricas foram “logo adaptadas como justificativas teóricas do fascismo”.⁴⁸ Os elementos dessa tese incorrem em sérios problemas metodológicos e teóricos.

Primeiramente é correto afirmar que bases filosóficas citadas por Hobsbawm realmente foram lidas por largos setores do anarquismo. Apesar dos três autores citados não serem anarquistas, as obras de Stirner, Nietzsche e Sorel circularam na imprensa operária e anarquista das primeiras décadas do século XX.⁴⁹ É possível, no entanto, relativizarmos o excessivo peso dado a eles por Hobsbawm, que os considera equivocadamente as “bases filosóficas” do anarquismo, pois, como nos alertam os recentes estudos⁵⁰, “a luta contra o individualismo extremo foi uma parte essencial do projeto anarquista”⁵¹ e, portanto, o individualismo – ou um *liberalismo* extremado, como deixa entender Hobsbawm – **não constitui um dos fundamentos** do anarquismo.

As generalizações em nível metodológico sempre se prestam ao empobrecimento histórico. Se os anarquistas leram Nietzsche e Stirner, leram muito mais Bakunin⁵², Kropotkin e Malatesta; estes autores, contrariando a análise de Hobsbawm, propunham a atuação dos anarquistas em suas entidades de classe, buscando fazer delas seu **vetor social**.⁵³ A análise das práticas anarquistas ao longo de

⁴⁷ HOBBSBAWM, 1985, p. 94.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Assim como eram lidos Darwin e Spencer.

⁵⁰ Nos referimos a VAN DER WALT, SCHMIDT, 2009.

⁵¹ VAN DER WALT, SCHMIDT, 2009, p. 47

⁵² Segundo Gaston Leval “Sorel não teve meia dúzia de leitores entre os militantes da C.G.T., enquanto Kropotkin teve milhares – todo esse sindicalismo deriva de Bakunin e foi extraído das séries de artigos de *L'Égalité* e de *Le Progrès* que, alguns meses após sua aparição, tornava-se um dos principais propagadores da doutrina bakuniniana; também extraído de *Protestation de l'Aliance* que, esta, por si só, diz tanto quanto disse Sorel em toda a sua obra, nas *Três Conferências Feitas aos Operários do Vale de Saint-Imier* e na resolução de pensamento ou de estilo bakuniniana, do Congresso de Saint-Imier. Esses escritos, cujo conjunto é copioso e nos quais encontramos, segundo o hábito de Bakunin, dissertações relativas a assuntos conexos, foram reproduzidos em *Mémoire de la Fédération Jurassienne* que antes de 1914, encontrávamos reunido, em um espesso volume, em numerosas bibliotecas sindicais da C.G.T. francesa.” LEVAL, Gaston. Bakunin, *Fundador do Sindicalismo Revolucionário*. São Paulo: Imaginário/Faisca, 2007, p. 42.

⁵³ Sobre o conceito de vetor social. Cf. SAMIS, Alexandre. “Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil” In COLOMBO, Eduardo; et AL. *História do Movimento Operário Revolucionário*. Tradução de Plínio Coelho. 1ª ed., São Paulo, Imaginário, 2004.

diferentes contextos históricos revela um quadro completamente distinto do “liberalismo extremado” caricaturado por Hobsbawm.

Os anarquistas, em sua grande maioria, atuaram diretamente na constituição do que hoje compreendemos como sindicalismo de intenção revolucionária. Isso nos leva a uma questão metodológica relevante no estudo histórico das práticas políticas anarquistas, que Hobsbawm não explora adequadamente e que comentaremos rapidamente. Primeiro é preciso dizer que julgamos precipitado dar um peso excessivo a autores que não tiveram tamanha importância na prática política dos militantes ao longo de sua trajetória histórica. **Não podemos compreender o anarquismo apenas pelas suas obras (os chamados clássicos); é preciso analisar suas práticas ao longo da história.**

Segundo, outro erro *oposto* – o que chamamos de outro extremo da moeda – é **o de ignorar completamente as obras lidas pelos anarquistas**, procurando compreender **apenas suas estratégias e práticas**, sem compreender que essas práticas estão profundamente conectadas com uma linguagem política normativa construídas no contato com sua literatura militante.

Como o estudo de qualquer categoria política (tal como o anarquismo) remete necessariamente ao ambiente em que estas operam, é necessário superar a “história do pensamento político abstrato desenvolvido sem relação com o contexto”⁵⁴. Uma maneira de compreendermos este contexto não é reduzir os textos, uma corrente política específica ou suas obras⁵⁵ a “simples produtos ideológicos, derivados das circunstâncias e por ela determinadas”⁵⁶, **como o faz tradicionalmente a análise marxista sobre o anarquismo** e por conseguinte Hobsbawm. Tampouco devemos proceder a uma análise baseada na “ereção do texto em objeto fechado e auto-suficiente”⁵⁷, o outro extremo “pós-moderno” de tratamento do anarquismo, em nossa opinião, metodologicamente problemático. Como saída para essas oposições, optamos pela adoção de uma análise

⁵⁴ CLARK, Stuart. *Pensando com os Demônios*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 687.

⁵⁵ Sobre isso, Bourdieu nos alerta que, esta tendência “frequentemente representada por pessoas que se filiam ao marxismo, quer relacionar o texto ao contexto e propõe-se a interpretar as obras colocando-as em relação com o mundo social ou o mundo econômico.” BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 19. Deste modo uma obra (ou ideologia) como o anarquismo só tem significado quando **reduzida** ao contexto em que foi gestada. Deste modo, Proudhon, acaba sendo facilmente associado a um mundo “pré-industrial”. Sua obra é enquadrada convenientemente nos *limites* do contexto.

⁵⁶ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho)*. Tradução de Paulo Martinez Universidade de São Paulo. NÚCLEO DE SÃO PAULO. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, nº 30, 1995, p. 12.

⁵⁷ Sobre isso, Cf. BOURDIEU, 2004, p. 19.

*êmica*⁵⁸. Nessa análise, a biblioteca não é apenas um recurso que o historiador social emprega para o estudo pessoal – um recurso que fica fora do campo analisado. Ela se torna um elemento constitutivo da análise social, juntamente com estratégias, objetos, escolhas, etc. Essa análise possibilita que compreendamos as estratégias políticas dos anarquistas e sua influência na classe, assim como a relação dessas estratégias com seus teóricos: as obras anarquistas. Infelizmente, Hobsbawm não toma satisfatoriamente nem um caminho nem outro.

Apesar de reconhecer a influência anarquista em determinados movimentos de massa, Hobsbawm insiste na tese que reduz consideravelmente a prática política anarquista às estratégias individualistas. Esse equívoco não reside apenas no sobrepeso dado pelo historiador britânico à importância dos autores individualistas lidos pelos anarquistas, mas também na concepção que ele próprio possui de anarquismo, amparada numa tradicional História das Idéias.⁵⁹

Essa concepção tende a reduzir a ideologia política anarquista ao denominador comum da *negação* do Estado. Este denominador, costumeiramente utilizado como um parâmetro de delimitação da ideologia anarquista⁶⁰, ignora outros elementos de sua tradição constituídos historicamente pela atuação de seus militantes. Portanto, não é um critério seguro⁶¹ para compreendermos o anarquismo. Por isso, preferimos a posição que compreende que o termo anarquismo “poderia ser utilizado para uma forma particular racional e revolucionária de socialismo libertário que emerge na segunda metade do século XIX”.⁶² O anarquismo se levantou contra a “hierarquia social e econômica, assim como a iniquidade – e especificamente, o capitalismo, o latifúndio e o Estado – e em favor de uma luta de classes internacional e uma revolução de baixo para cima realizada por trabalhadores e camponeses auto-organizados com o objetivo de

⁵⁸ Sobre esta abordagem, Cf. CERUTTI, Simona. *Microhistory: social relations versus cultural models*. In: CASTRÉN, Anna-Maija; LONKILA, Markku; PELTONEN, Matti (Eds). *Between sociology and history*. Helsinki: SKS/Finnish Literature Society, 2004.

⁵⁹ Esse é o caso de George Woodcock que, mantendo a caricatura individualista sobre o anarquismo, trata Proudhon como um “individualista” social.

⁶⁰ Como o faz Eltzbacher (2004) apud CORRÊA, 2012, p. 40: “Os ensinamentos anarquistas têm em comum apenas uma coisa: eles negam o Estado no futuro”. Roderick Edward afirma que “o laço que une todos os anarquistas” é “o antagonismo a qualquer situação regulada pela imposição, pela obrigação ou pela opressão”, um aspecto que constituiria, para ele, o fundamento do antiestatismo anarquista KEDWARD, 1971 apud CORRÊA, 2012, pp. 5-6. Corinne Jacker (1968) sustenta que “outro termo para anarquismo é *antiestatismo*” JACKER Apud CORRÊA, *Ibidem*.

⁶¹ Cf. SILVA, Rafael Viana da. “Anarquismo Contra o Anarquismo”. In: *Anarkismo.net*, 2011b. Disponível em <<http://www.anarkismo.net/article/20240>>. Acessado em 01/09/2012.

⁶² SCHMIDT, VAN DER WALT, 2009, p. 71, tradução nossa.

criar uma ordem social sem Estado, socialista e autogerida”.⁶³ Nesse sentido, pode-se rejeitar a tese que crê que “qualquer filosofia ou movimento que é hostil ao Estado, ou em favor da liberdade individual, possa ser caracterizado como anarquista”⁶⁴, assim como, compreender que a simples autoidentificação não é um parâmetro adequado para caracterizar alguém como anarquista. O anarquismo deve ser compreendido como a “ala libertária do socialismo”⁶⁵ e, portanto, profundamente conectado com as estratégias políticas que possuem como objetivo finalista a revolução social.

Outro aspecto a ser levado em conta diz respeito às habituais divisões das correntes anarquistas, as quais devem ser desconstruídas. As tipologias que dividem os anarquistas entre anarco-comunistas, anarco-sindicalistas e anarco-pacifistas, como o fazem Bóris Fausto ou George Woodcock, por exemplo. Essas divisões, em muitos momentos se sobrepõem e acabam amputando parte da experiência da classe e do movimento anarquista em detrimento de modelos sociológicos previamente determinados. Essas tipologias dividem os anarquistas como identidades políticas *perfeitamente* separadas (essencialistas), e não por suas estratégias, o que obliterou em grande parte a compreensão do referido objeto histórico, dificultando a compreensão do “fazer” cotidiano dos anarquistas, no interior da classe.

Outro equívoco é opor anarco-comunismo ao anarco-sindicalismo. A maioria dos anarco-sindicalistas explicitamente define como objetivo uma sociedade comunista; os anarco-sindicalistas russos declaram a necessidade da “realização completa do ideal anarco-comunista” sobre a distribuição de acordo com as necessidades. A Federação Operária Regional Argentina (FORA), formada em 1901 e hegemônica pelos anarquistas em 1904, declara que defende os “princípios filosóficos e econômicos do anarco-comunismo”. A Federação Anarquista Comunista da Bulgária (FAKB), que foi formada em 1919, trabalha intimamente com a Confederação Nacional do Trabalho, anarco-sindicalista. A Confederação Nacional do Trabalho (CNT) espanhola declara-se claramente comunista anárquica depois de 1919. Mesmo os chamados “anarquistas puros”, como Hatta anarquista japonês, encontraram seu suporte na Federação Nacional Libertária de Uniões do Trabalho (usualmente abreviada como Zenkoku Jiren).⁶⁶

⁶³ Idem.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Ibid, p. 14.

⁶⁶ SCHMIDT, VAN DER WALT, 2009, p. 127, tradução nossa.

Tendo em vista a longa duração no tratamento de nosso objeto, a principal divisão no interior do anarquismo foi orientada fundamentalmente em torno de duas **estratégias**: a de massas e a insurrecionalista.

A primeira estratégia foi hegemônica na história do anarquismo, desde a Primeira Internacional; ela fundamenta-se na concepção de que “apenas movimentos de massas podem criar uma mudança revolucionária na sociedade, e que tais movimentos são tipicamente construídos ao longo das lutas em torno de questões imediatas e reformas”.⁶⁷ Esta estratégia recorreu largamente a um fundo ideológico que propunha a intervenção no nível de massas, buscando fazer dos sindicatos seu vetor social. Para justificarem e “muniarem” suas intervenções políticas, os aderentes dessa estratégia utilizaram largamente os autores anarquistas que defendiam a atuação nos movimentos sociais da classe trabalhadora (Bakunin, Kropotkin, Malatesta, etc.), que sempre reiteraram em seus escritos “o caráter socialista do anarquismo”. Como resultado histórico, essa estratégia fortaleceu e construiu o que hoje conhecemos como *sindicalismo* de intenção revolucionária, a ponto de, em alguns momentos, o anarquismo se confundir com ele.⁶⁸

A segunda estratégia, insurrecionalista, “reivindica que reformas são ilusões, que os movimentos como sindicatos são baluartes dispostos ou inconscientes da ordem existente, e que organizações formais são autoritárias”.⁶⁹ Esta estratégia, historicamente minoritária no movimento anarquista, reduziu-se às atuações em pequenos círculos e de

⁶⁷ SCHMIDT, VAN DER WALT, 2009, p. 20, tradução nossa.

⁶⁸ O investimento dos anarquistas nessa estratégia de massas chegou, em alguns momentos, a confundir anarquismo e sindicalismo. Tal discussão, já clássica, foi abordada em parte das discussões do Congresso de Amsterdã, particularmente nos argumentos dos anarquistas Errico Malatesta e Pierre Monatte em sua discussão sobre as diferenças entre os fins e os meios do anarquismo. Monatte defendia que os fins do sindicalismo eram os mesmos do anarquismo e Malatesta argumentava que o sindicalismo só poderia ser o meio, mas não o fim. Em alguns países, os anarquistas orientaram-se primordialmente para a constituição e a participação de sindicatos revolucionários, ignorando a formação de organizações específicas anarquistas; em outros países, a estratégia de massas articulou-se com grupos/organizações específicos/as anarquistas, que atuavam de maneira mais ou menos organizada dentro das entidades de classe, realizando não apenas a “propaganda”, mas fazendo um trabalho organizativo em seu seio. Essa diferença de “sintonia fina” na estratégia de massas anarquista ocasionou problemas nas próprias análises históricas, que costumam ter dificuldades em observar nela as práticas políticas anarquistas, chegando ao extremo de dissociar uma coisa da outra. O “excesso” de sindicalismo dos anarquistas em determinados contextos fez com que alguns estudos dissociassem o sindicalismo revolucionário (estratégia anarquista para os sindicatos, mas operacionalizada pelo conjunto da classe organizada) do anarquismo, ou chegassem ao limite de considerarem o sindicalismo revolucionário uma amálgama de socialismo e sindicalismo, tese esta que não se sustenta factualmente. Sobre a influência anarquista no sindicalismo revolucionário, Cf. SAMIS, 2008. Para uma crítica da dissociação do anarquismo e sindicalismo revolucionário, Cf. CORRÊA, Felipe. *Ideologia e Estratégia: Anarquismo, Movimentos Sociais e Poder Popular*. São Paulo: Faisca, 2011.

⁶⁹ SCHMIDT, VAN DER WALT, 2009, p. 20, tradução nossa.

grupos anarquistas que propunham a “propaganda pelo fato”, com o uso de bombas e atentados, limitando-se, praticamente, ao contexto do final do século XIX⁷⁰ na Europa.

Ambas as estratégias advogam o uso da violência nos processos revolucionários; entretanto, o que as difere é o momento, a forma e a organização desta violência, num contexto de transformação radical da sociedade. Segundo Schmidt:

“O que distingue o anarquismo insurrecionalista do anarquismo de massas não é necessariamente a violência como tal, mas seu lugar em sua estratégia: para o anarquismo insurrecionalista, a propaganda pelo fato, levada a cabo por anarquistas conscientes, é vista como meio de gerar um movimento de massas; para maior parte do anarquismo de massas, a violência opera como um meio de autodefesa de um movimento de massas já existente.” SCHMIDT, Michael. *Cartography of Revolutionary Anarchism*. Oakland: AK Press, no prelo, tradução nossa.

A aplicação dessas estratégias pode ser analisada histórica e teoricamente numa perspectiva de longo prazo, verificando suas continuidades e permanências.⁷¹ As questões estratégicas que constituem as bases das definições dessas correntes podem ser encontradas no anarquismo globalmente, de seu surgimento ao presente.

Michael Schmidt e Lucien Van der Walt resumem momentos-chaves do anarquismo que nos ajudam a elucidar a análise de Hobsbawm, a partir de um elemento fundamental e constituinte da tradição anarquista: o **sindicalismo de intenção revolucionária**. Avaliando a aplicação da análise segundo esse aporte teórico, é impossível minimizar a influência dessa estratégia de massas no interior do anarquismo ou dar um peso demasiado aos teóricos individualistas, em sua maioria exógenos ou periféricos a essa tradição; ao mesmo tempo, é impossível, ou claramente constrangedor, minimizar o papel dos anarquistas no sindicalismo de intenção revolucionária.

Reconhecemos, assim, a ligação estreita do anarquismo e o movimento operário na constituição do **sindicalismo de intenção revolucionária** e na formação de consciência de classe dos trabalhadores em distintos períodos. Contrariando a visão de

⁷⁰ E ainda assim é oportuno dizer que a estratégia insurrecionalista convivera com a estratégia de massas neste período. Jamais foi hegemônica no próprio anarquismo.

⁷¹ Uma iniciativa neste sentido foi realizada por Felipe Corrêa. Cf. CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Bettine de Almeida. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, 2012.

que o anarquismo nunca foi algo mais do que uma “atração minoritária”, ou o “primo pobre de outras tradições de esquerda”⁷², é possível, baseando-nos em pesquisas recentes, pela perspectiva da História Social, argumentar coerentemente que o anarquismo de massas e sua estratégia fundamental, o sindicalismo de intenção revolucionária, emergiram em diferentes regiões, “notadamente partes da Europa, da América, e Leste da Ásia”⁷³. Seria o anarquismo, ainda assim, um fenômeno pré-político? Verificaremos isso a seguir.

Anarquismo: fenômeno pré-político?

Ao associar o sucesso das práticas políticas anarquistas a um determinado contexto social (fim da Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa) e econômico específico já *superado*, o historiador britânico, no contexto do Maio de 68 francês, revigora uma tese corrente no marxismo do pós-guerra: a de que o anarquismo “desapareceu com os reis e imperadores a quem seus militantes tão freqüentemente tentaram assassinar”.⁷⁴ As limitações dessa tese são ainda mais claras: pressupõem que o anarquismo tornou-se proeminente com a CGT francesa e morreu com as barricadas de Barcelona, ao fim da Guerra/Revolução Espanhola, em 1939.

A historiografia sobre o anarquismo foi distorcida com a criação daquilo que Michael Schmidt chama de mito dos “cinco grandes momentos” do anarquismo. Esse mito, segundo sustenta, hiperdimensionou a participação dos anarquistas em determinados eventos históricos – como no caso da revolta de Kronstadt, em 1921 – e, por outro lado, ignorou as revoluções com ampla influência anarquista, como a Revolução Mexicana (1910-1920), na Baixa Califórnia e em Morelos, no México; a Revolução da Manchúria (1929-1931) e a Revolução Cubana (1952-1959), no seio da qual os sindicatos revolucionários tiveram papel determinante. Isso, sem mencionar as diversas experiências como as Revoltas Cantonistas na Espanha (1873-1874) e a Revolta da Macedônia (1903). Em todos esses casos, a tradição anarquista teve profundo enraizamento.

Segundo Schmidt, a maior fraqueza dos historiadores que sustentam o argumento dos “cinco grandes momentos” é que eles ignoram completamente não

⁷² SCHMIDT, VAN DER WALT, 2009, p. 09, tradução nossa.

⁷³ Idem, tradução nossa.

⁷⁴ HOBSBAWM, Ibid, p. 90.

apenas os movimentos anarquistas do leste europeu, mas também os movimentos sindicalistas revolucionários⁷⁵ e anarco-sindicalistas⁷⁶, que foram hegemônicos na classe trabalhadora organizada de Cuba, México, Brasil, Portugal, Argentina, Uruguai – isso sem mencionar o leste da Ásia, como nos casos de Japão, China, Coréia, Vietnã, e o papel dos anarquistas em estabelecer os primeiros sindicatos no norte da África e no sudeste africano, no Caribe e na América Central, na Oceania, no sudeste asiático, no sul da Ásia e no Oriente Médio.

Em algumas pesquisas, esse mito ajuda a construir a visão do anarquismo como uma sucessão “martiriológica” e uma ideologia que, apesar de difundida, foi terrivelmente mal sucedida – pela sua inevitável “fraqueza” teórica ou seus horizontes “limitados” – em estabelecer sua proposta política. Implicitamente, nesta tese há a visão consagrada por certa historiografia do anarquismo como uma teoria “incoerente” e inadequada, sem critérios táticos e estratégicos bem definidos, cuja base se assenta no “equivoco” político⁷⁷ e no sectarismo dos anarquistas, ao rejeitarem o Estado⁷⁸.

Estudos mais recentes sobre o anarquismo nos dizem que devemos “levar o anarquismo a sério” (*take serious*). Para isso, é necessário romper com as limitações da

⁷⁵ Isso quando não incorrem em generalizações grosseiras. O caso do sindicalismo revolucionário é emblemático. Apenas na Itália o sindicalismo revolucionário chegou por obra dos socialistas (Partido Socialista Italiano). Na esmagadora maioria dos países, o sindicalismo revolucionário constituiu uma estratégia anarquista para os sindicatos que, rapidamente, foi tomada pela classe trabalhadora organizada como um instrumento de luta e enfrentamento político. A prática sindicalista revolucionária é prefigurada, no final do século XIX, nas décadas de 1870, 1880 e 1890, com a atuação de determinados setores organizados da classe operária. Estes setores aproximam-se do setor *bakunista* na Primeira Internacional. Sobre a história do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo ao redor do mundo, Cf. COLOMBO, Eduardo; et AL. *História do Movimento Operário Revolucionário*. Tradução de Plínio Coelho. 1ª ed., São Paulo, Imaginário, 2004.

⁷⁶ Não confundir a categoria de análise *anarco-sindicalismo*, que dominou certos estudos no movimento operário brasileiro e que amalgama dois fenômenos correlatos/distintos (sindicalismo e anarquismo), com a *estratégia* anarco-sindicalista, presente na imprensa e no discurso anarquista de determinados países com presença da militância libertária em suas respectivas formações de classe. Esse último caso é o caso da FORA argentina, que define em seus estatutos o finalismo revolucionário (comunismo libertário) e da CNT espanhola, a partir de seu congresso de 1919. O anarco-sindicalismo pode ser compreendido como a estratégia sindical revolucionária explicitamente anarquista e deve ser aplicado enquanto uma categoria de análise de maneira mais criteriosa segundo as especificidades de suas práticas políticas.

⁷⁷ Segundo Raquel Azevedo, essa visão historiográfica sobre o anarquismo aponta que “uma das faces das contradições que lhe são imputadas deve-se aos ‘erros táticos’ ou às ‘estratégias inadequadas’.” (...) Mas “a principal crítica encontra-se no equivoco que está na raiz de sua proposta, ou seja, em sua rejeição à participação política.” AZEVEDO, Raquel. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927 – 1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 40.

⁷⁸ A propósito da suposta “incoerência teórica” do anarquismo, os pesquisadores sulafricanos aqui mencionados, afirmam que ela foi, em grande medida, construída pelos historiadores, que trabalharam com critérios inadequados para definir os “teóricos anarquistas”. Woodcock, por exemplo, a partir do critério da *negação do Estado* como elemento aglutinador e identificador dos anarquistas, inclui Godwin e Stirner, ambos os quais nunca foram anarquistas, juntamente com Bakunin e Kropotkin, no mesmo “barco”. O resultado dessa disparidade entre os pensadores e também entre os contextos históricos é a conclusão de que a teoria anarquista não seria consistente.

periodização dos “cinco grandes momentos” e abandonar a noção prévia e sem comprovação histórica⁷⁹, de que o anarquismo é uma ideologia pré-política ou simplesmente incoerente.⁸⁰ Rudolf de Jong, pesquisador do Departamento de Estudos sobre o Anarquismo na Espanha e na América Latina, ao preparar uma exposição sobre “movimentos pré-políticos em áreas periféricas”, nos alerta que se “realmente desejamos concentrar nossas atenções nas áreas periféricas, devemos abandonar o hábito de considerar essas áreas e seus habitantes como “periféricos”; e “quando nos referimos aos movimentos pré-políticos, nosso quadro de referências não é a própria área periférica, mas um centro”.”⁸¹

Um exemplo dessa tendência são os estudos sobre o movimento operário brasileiro, nos quais o anarquismo aparece sempre, aos olhos do centro de análise, geralmente marxista, como uma ideologia *pré-política*. A maturidade do movimento operário parecia, enfim, atingida com a formação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922. O anarquismo era visto como um estágio, talvez infantil, da experiência da classe. Ainda que esta visão tenha sido relativizada, a noção implícita do anarquismo como uma teoria política “primitiva” ou de visão “estreita”⁸², sublinhada por Hobsbawm, é um *fantasma* que *assola* diferentes estudos.

O anarquismo, segundo esta perspectiva, é analisado sempre a partir de um referencial militante exógeno à sua própria constituição ideológica e julgado a partir de um critério valorativo que não o analisa, em termos históricos, pelo que realmente foi, **mas por aquilo que deveria ter sido**. Com o bolchevismo aparecendo furtivamente e a

⁷⁹ Quando nos referimos à comprovação histórica, baseamo-nos no historiador Jorn Rüsen, afirmando que Histórias narradas com especificidade científica são histórias cuja validade está garantida mediante uma fundamentação particularmente bem feita. A propriedade do pensamento sobre qual repousa o caráter científico do conhecimento é justamente mediante suas regras metódicas (regras do método) cuidar para que as pretensões de validades das sentenças que enuncia sejam bem sustentadas argumentativamente. Sobre isto, Cf. RÜSEN, Jörn. Científica – a constituição metódica da ciência da história In *Razão Histórica – Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UNB, 2001.

⁸⁰ Este é o caso quando Hobsbawm, tratando da vida do expropriador Francisco Sabaté Llopart, caracteriza essa geração de expropriadores do seguinte modo: “Como motivação, tinham a ‘idéia’ do anarquismo: aquele sonho totalmente descomprometido e lunático que todos nós partilhamos, mas que poucos, exceto espanhóis, jamais tentaram pôr em prática, ao preço da derrota total e da impotência de seu movimento trabalhista.” Além de contestarmos a leitura *teleológica* sobre a Revolução Espanhola – que enxerga nela um movimento “pré-político”, que foi incapaz de criar um partido trabalhista, próprio de uma sociedade “madura” e “industrial” –, podemos questionar o fato de o autor reiterar um suposto *irracionalismo* da doutrina anarquista. Cf. HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª edição, 1976, p. 113.

⁸¹ DE JONG, Rudolf. *A Concepção Libertária da Transformação Social Revolucionária*. São Paulo: Faísca, 2008.

⁸² Segundo Hobsbawm, os guerrilheiros anarquistas que lutaram contra a ditadura franquista “não tinham qualquer expressão militar. Sua organização e sua disciplina eram demasiado débeis, e seus objetivos eram os de seus dirigentes, homens com perspectivas das mais estreitas.” HOBBSAWM, 1976, p. 119.

contrapelo, ainda que por um deslocamento sutil de sentido, conclui-se que o anarquismo, de maneira infeliz e trágica, nunca cumpriu as duras exigências de seus pesquisadores e adversários políticos.

Pierre Clastres, questionando a aplicação da terminologia *pré-política* às sociedades ameríndias, recorda: “Que significa de fato esse tipo de vocabulário onde os termos ‘embrionário’, ‘nascente’, ‘pouco desenvolvido’ aparecem com frequência?”⁸³ Chegando à conclusão que determinados conceitos empregados pelo vocabulário sociológico/histórico envolvem “um julgamento de fato, mas [...], ao mesmo tempo, um julgamento de valor sobre as sociedades assim qualificadas: avaliação que destrói imediatamente a objetividade em que ela pretende fixar-se.”⁸⁴

No que diz respeito ao estudo do anarquismo, isso se traduz pela completa ausência de um inventário político dos clássicos anarquistas; algo que **parece não ser necessário** ao estudo de suas estratégias, pois os anarquistas – segundo essa *caricatura empobrecida*, observada em parte de determinada historiografia – foram basicamente homens de ação.⁸⁵ As referências teóricas são, costumeiramente, reduzidas a um ou dois clássicos⁸⁶ e a investigação da amplitude da teoria política anarquista é costumeiramente substituída pela metodologia que busca na etimologia da palavra *anarquia* (“negação do Estado” ou da “autoridade”) sua base *fundamental* de compreensão.⁸⁷

Vimos anteriormente que precisamos incluir outras questões para a análise do anarquismo além da simples negação do Estado. Partir de uma noção etimológica sobre

⁸³ CLASTRES, Pierre. Copérnico e os Selvagens. In: *A Sociedade Contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naife, 2003, pp. 23-41.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ Segundo esta visão, os grupos específicos anarquistas que atuavam na Espanha “travavam duelos com a Polícia, assassinavam reacionários, resgatavam prisioneiros ou expropriavam bancos com a finalidade de financiar algum jornalzinho, sendo que a aversão dos anarquistas à organização dificultava o levantamento regular de recursos.” HOBBSAWM, 1976, p. 115. Reitera-se, assim, a associação equivocada entre anarquismo e “desorganização”. Além disso, seria lícito recordar que os *expropriadores* anarquistas espanhóis estavam conectados a um trabalho amplo, nas entidades sindicais. Os debates de organização eram fundamentais nesse contexto.

⁸⁶ Ou substituída pela maior referência de compreensão das ideias e práticas anarquistas. O estudo de George Woodcock, um inventário extremamente problemático das práticas e ideias anarquistas que mereceria outra resenha crítica, incorre em problemas típicos da tradicional História das Idéias Políticas. Sobre a crítica a História das Idéias Políticas, ROSANVALLON, 1995. Outro livro que trabalha com um pequeno referencial de clássicos, ainda que possua qualidade bastante superior ao de Woodcock, é o livro de Guérin. GUÉRIN, Daniel. *O Anarquismo: da doutrina à ação*. Rio de Janeiro: Germinal, 1968.

⁸⁷ Sobre a inadequação desta abordagem, Corrêa nos diz que: “Em suma, definir o anarquismo como sinônimo de anti-estatismo implica tomar uma definição reducionista, que não permite explicar o que é o anarquismo. A partir desse conceito, poder-se-ia incluir no rol do anarquismo um conjunto de autores e de tradições que, considerando uma análise mais criteriosa, não constituem parte dessa ideologia.” CORRÊA, Felipe. *Sinônimo de Anti-estatismo*. Disponível em <<http://www.negodito.com/a-sinonimo-de-anti-estatismo/>> Acessado em 01/09/2012.

o anarquismo não é o caminho mais adequado para compreendermos o contexto ideológico e de suas atividades militantes.

Do mesmo modo, o abandono da categoria do “pré-político” permite, também, que consigamos expandir nosso recorte temporal. Conseguimos, a partir disso, analisar a presença do anarquismo em diferentes países e contextos históricos. Em vez de nos restringirmos ao final do século XIX ou às primeiras décadas do século XX, podemos perceber a atividade anarquista em diferentes períodos e regiões.

Schmidt propõe uma periodização mais “generosa”, intitulada de teoria das cinco ondas [five waves theory], que não pretende ser uma “lei de ferro” do progresso e da reação, mas um guia histórico aberto a adaptações.⁸⁸ Esse guia fornece uma visão mais ampla do anarquismo.

“A primeira onda, de 1868-1894, pouco conhecida, e a segunda onda, de 1895-1923, bem mais estudada, que cobre as revoluções no México, na Rússia e na Ucrânia. [...] A terceira onda, de 1924-1949, igualmente famosa, que abarca as revoluções na Manchúria e na Espanha, e que, juntamente com a segunda onda, constitui o ‘período glorioso’ do anarquismo. [...] A quarta onda, de 1950-1989, cujo ápice se deu na Revolução Cubana em 1952-1959 e, novamente, com a Nova Esquerda de 1968. [...] A quinta onda, atual, gerada em 1989 pela queda do Muro de Berlim e pelo surgimento de mobilizações ‘horizontalistas’ contrapondo-se ao antigo e velho ‘comunismo’ marxista (na realidade, um capitalismo de Estado autoritário), às ditaduras de direita e ao neoliberalismo, por meio de novos movimentos das classes populares globalizadas.” SCHIMDT, 2012a, p. 43-44 apud Corrêa, 2012, p. 216.

Além das reflexões sobre o uso do conceito “pré-político”, a teoria das cinco ondas permite elaborar um breve inventário da presença anarquista depois do fim da Primeira Grande Guerra. Concentraremos-nos apenas na terceira e na quarta onda. Na terceira onda, que pode ser associada mais claramente ao período de militância que vai de 1924 a 1949, temos um contexto que é marcado pela repressão do fascismo e dos governos autoritários, pelo crescimento da proposta bolchevique, pela institucionalização dos sindicatos e em alguns países, pelas medidas de bem-estar social promovidas por vários Estados.⁸⁹

⁸⁸ SCHMIDT, Michael. *Cartography of Revolutionary Anarchism*. Oakland: AK Press, no prelo, p. 16.

⁸⁹ CORRÊA, 2012, p. 229.

Neste período, podemos mencionar: a fundação da Federação Anarquista francesa (FA), em 1945, a atuação da Federação Anarquista Comunista da Bulgária (FAKB), a fundação da Federação de Anarquistas Comunistas da Itália (FdCAI), em 1944, que teve alguma influência na formação da nova Federação Geral dos Trabalhadores Italianos (CGIL). Nesse período, foi também fundada a Federação Anarquista Japonesa, em 1945, que se segue à fundação da Conferência das Uniões Sindicais (CLU). Na Alemanha, houve a fundação da Federação dos Socialistas Libertários (FFS), em 1947, e no norte da África, a fundação do Movimento Libertário da África do Norte.

Sob uma perspectiva internacional, com destaque, podemos citar, segundo Corrêa, a

“East Asian Anarchist Federation (EAAF), fundada em 1928, com organizações dos seguintes países: China, Coréia, Formosa (Taiwan), Índia, Japão e Vietnã. A Asociación Continental Americana de Trabajadores (ACAT), fundada em 1929, que se constituiu como ramo latino-americano da Internacional Sindicalista, envolvendo mais de 100 sindicatos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Paraguai, Peru e Uruguai.” CORRÊA, 2012, p. 229.

Poderíamos acrescentar um dado local de nossos estudos que reforça esse mapeamento global feito pelos historiadores sulafricanos, em específico, no período que corresponderia a “terceira” e a “quarta onda”. Em nossos estudos⁹⁰ sobre o anarquismo e o sindicalismo no Brasil de 1945 a 1964, encontramos uma intensa articulação política internacional nos periódicos analisados. No Brasil, em 1948, houve um congresso anarquista nacional, que contou com a participação de organizações anarquistas de Rio de Janeiro (União Anarquista do Rio de Janeiro), Porto Alegre (Grupo Ácratas) e São Paulo (União Anarquista de São Paulo).⁹¹ Nos periódicos anarquistas editados pelos

⁹⁰ Cf. SILVA, Rafael Viana da Silva. *Indelévels Refratários: As Estratégias Políticas Anarquistas e o Sindicalismo Revolucionário no Rio de Janeiro em Tempos de Redemocratização (1946-1954)*. Orientadora: Maria Paula Nascimento Araújo. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Departamento de História, 2011. Monografia (Bacharelado em História)

⁹¹ Ainda que tenhamos ciência dos limites de sua militância no período relacionado, a presença dos anarquistas nesse contexto indica que o historiador pode expandir seu estudo para além dos períodos “tradicionais” de estudo do anarquismo. Isso só é possível quando nos livramos das noções “carregadas” de pré-suposições, como o termo “pré-político”, incapaz de lidar com um objeto tão multifacetado quanto o anarquismo.

brasileiros, encontramos⁹² 24 grupos anarquistas em diversas regiões do mundo, mas, segundo o levantamento global realizado por Schimdt, este número é ainda maior. Pela Comissão de Relações Internacionais Anarquistas (CRIA), é possível ter acesso a informações sobre o anarquismo em todo mundo, avaliando a presença anarquista na Argélia, Argentina, Austrália, Bolívia, Grã Bretanha, Bulgária⁹³, Canadá, Chile, China, Colômbia, Cuba, Equador, França, Alemanha, Guatemala, Índia, Israel, Itália, Japão, Coreia, México, Marrocos, Holanda, Panamá, Peru, Portugal, Espanha, Suíça, Tunísia, Uruguai, Estados Unidos, Venezuela, Iugoslávia⁹⁴ e obviamente, Brasil. O caso da Bulgária chama-nos atenção.

“Na Bulgária, a FAKB, fundada nos fins da segunda onda, protagonizou experiências relevantes envolvendo sindicalismo urbano e rural, cooperativas, guerrilha e mobilização de juventude. Seu 5º congresso, em 1923, contou com 104 delegados e 350 observadores de 89 organizações e, entre 1926 e 1927, a FAKB adotou a Plataforma do grupo de exilados russos Dielo Truda, que sustentava a necessidade de uma organização anarquista programática, fundamentada na unidade ideológica, na unidade tática (método coletivo de ação), na responsabilidade coletiva e no federalismo. A discussão da Plataforma, inclusive, teve, nesta onda, algum impacto no anarquismo europeu. Em 1930, destaca-se, na Bulgária, a influência anarquista na formação da Confederação Vlassovden, de mobilização rural, que chegou, no ano seguinte, a 130 seções, possibilitando ao anarquismo constituir a terceira força política de esquerda no país.” CORRÊA, 2012, p. 229.

Nas décadas de 1950 e 1960, que se enquadrariam na “quarta onda” do anarquismo (1950-1989), a presença anarquista é geralmente ignorada ou reduzida a “reminiscência de um passado já distante de boêmios, rebeldes e vanguardistas”. Esta caricatura, como vimos anteriormente, não se sustenta diante da análise histórica. Neste

⁹² Cf. SILVA, Ibid.

⁹³ Na Bulgária, com a ocupação do Exército Vermelho e a formação de uma frente patriótica após o fim da segunda grande guerra, a situação do anarquismo é bem delicada. Composta por comunistas e o ex-líder da *Zveno*, o coronel do exército (“Ligação”, organização fascista fundada por oficiais do exército em 1930 e responsável por um golpe em 1934) Kimon Gerogiev, o governo de coalizão tratou de perseguir a FAKB (Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária). Em 1948, o último encontro massivo dos anarquistas foi duramente reprimido. Centenas de anarquistas foram executadas e cerca de 1000 militantes da FAKB foram mandados para campos de concentração. Cf. SCHMIDT, Michael. *Anarquismo Búlgaro em Armas: a linha de massas anarco-comunista – parte I*. Rio de Janeiro, Editora Faísca, 2009.

⁹⁴ SCHMIDT, Michael. *Cartography of Revolutionary Anarchism*. Oakland: AK Press, no prelo, p.51, tradução nossa.

contexto, marcado pela Guerra Fria, pela descolonização Afro-asiática e por se caracterizar de maneira geral como um período de refluxo⁹⁵, a trajetória do anarquismo é marcada por diversas iniciativas internacionais de atuação em **projetos da classe trabalhadora**.⁹⁶ Cabe destacar que são iniciativas tocadas por organizações e grupos anarquistas com projetos políticos bem definidos, ainda que com diferentes matizes, e que, portanto, chocam-se com a idéia pré-concebida de uma “espécie primitiva⁹⁷ de movimento”⁹⁸.

Cabe alertar, que não desejamos aqui **hiperdimensionar** a força política dos anarquistas nos períodos citados, como “compensação” da “unilateralidade” dos estereótipos anteriormente construídos. Mas se trata, certamente, de compreender seu alcance político e sua esfera de influência mediante a análise de diferentes contextos e regiões. O primeiro passo de um trabalho como este, só pode ser dado com a desconstrução de reducionismos que colocam obstáculos nesta empreitada.

As limitações do estudo sobre o anarquismo e de sua análise ignoram o papel chave dos anarquistas na Confederação do Trabalho Cubano (CTC) e sua presença na Revolução Cubana, largamente ignorada pelos estudos históricos.⁹⁹ Do mesmo modo, a presença da Sveriges Arbetares Central (SAC) sueca, do Industrial Workers of the World (IWW) chileno, da Confederação Geral do Trabalho e do Movimento Nacional dos Trabalhadores Unidos do Chile, anarco-sindicalista, que estabeleceu a poderosa Central dos Trabalhadores do Chile (CUT), com a junção de marxistas e socialistas e teve a participação de anarquistas em seu processo.¹⁰⁰ A liderança nacional da CUT chilena incluía nove socialistas, quatro anarquistas, dois marxistas, dois democratas cristãos, um cristão independente de esquerda e até um militante da direita (falangista). A participação dos anarquistas numa greve geral, em 1956, no Chile, entre inúmeros

⁹⁵ CORRÊA, 2012, p. 234.

⁹⁶ Segundo Corrêa: “Na Europa, desenvolveram-se iniciativas no campo das organizações específicas anarquistas, guerrilhas anarquistas, grupos insurrecionalistas, iniciativas sindicais de massas (algumas clandestinas) e uma participação significativa nas revoltas do Maio de 68 francês, que fizeram parte de um contexto global de mobilizações em todo o mundo.” CORRÊA, 2012, p. 235.

⁹⁷ Segundo Suárez, “o enraizamento das ideias libertárias não teria sido fruto nem do subdesenvolvimento material nem de uma mentalidade arcaica e milenarista de classes populares à espera de uma nova redenção anabatista; o elemento homogeneizador era a identidade, não especificamente a classe; era a experiência de um ofício compartilhado, não um consciência surgida como resposta à modernização imposta pelas classes dominantes.” SUÁREZ, 2012, pp. 28-29.

⁹⁸ HOBBSAWM, 1985, p. 98.

⁹⁹ Algumas exceções. DOLGOFF, Sam. Apud SCHMIDT, p. 55. E DOLGOFF, Sam. “The Cuban Revolution: a critical perspective.” In: Libcom, 2011. Disponível em <<http://libcom.org/history/cuban-revolution-critical-perspective-sam-dolgoff>>. Acessado em 05/11/12. FERNÁNDEZ, Frank. *El Anarquismo en Cuba*. Madri: Fundación Anselmo Lorenzo, 2000.

¹⁰⁰ SCHMIDT, Michael. *Cartography of Revolutionary Anarchism*. Oakland: AK Press, no prelo, p. 51, tradução nossa.

casos, indica que a estratégia de massas permaneceu como uma prática corrente na década que se seguiu ao pós-guerra. Participaram da fundação do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)* e nele permaneceram por dois anos.

No Uruguai, em 1956, é fundada a Federação Anarquista Uruguiaia (FAU), uma organização que construiu a Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT), que incluía 400 mil trabalhadores – mais de 10% da população do país). A FAU teve um papel decisivo nos anos posteriores com a formação de um aparato armado subordinado à federação e que estava profundamente enraizada na classe trabalhadora organizada, por meio do agrupamento de tendência chamado Resistencia Obrero-Estudantil (ROE), que reuniu milhares de militantes.¹⁰¹ Ainda assim, a Federação Anarquista Uruguiaia pouco aparece nos estudos sobre a militância de esquerda nos anos 60 e 70, tampouco a organização Resistência Libertária, da Argentina¹⁰², que engajou-se em armas contra a ditadura militar argentina. Em nosso entendimento, isso se deve não à ausência de documentos do período, mas à utilização de categorias **equivocadas**, que limitam o estudo do anarquismo a periodização dos “cinco grandes momentos” e incorrem nos mesmos problemas metodológicos que dificultam sua compreensão.

Seguindo essas pistas, chegamos a um problema conceitual profundamente relevante, que é ignorar a continuidade do anarquismo e de sua influência ou cultura política nas entidades de massas, fato que merece ser explorado com mais detalhes. A visão do sindicalismo combativo como algo espontâneo e divorciado das origens anarquistas nas décadas de 1940 e 1950 é uma visão corrente¹⁰³ na atual historiografia. Nos anos 1960 e 1970, a influência do anarquismo nas teorias e práticas guerrilheiras também pode ser analisada¹⁰⁴, ainda que faltem pesquisas de fôlego neste sentido.

A tese que comprovaria a vocação pré-industrial do anarquismo encontra seu “porto” na noção de que este, como fenômeno de massas, teria se restringido à Espanha. Essa teoria sofreu uma grande revisão sob os avanços de certos setores da historiografia. Uma perspectiva global da história do anarquismo e do sindicalismo fornece um importante corretivo a ela. Segundo Schmidt e van der Walt:

¹⁰¹ Sobre a história da Federação Anarquista Uruguiaia. Cf. MECHOSO, Juan C. *Acción directa anarquista: una historia de FAU. Tomos I, II, III e IV*. Montevideo, Editorial Recortes, s/d.

¹⁰² Sobre a história desta organização, consultar o trabalho de DIZ, Verónica; TRUJILLO, Fernando Lopez. *Resistencia Libertaria*. Buenos Aires: Madreselva, 2007.

¹⁰³ SCHMIDT, Michael. *Cartography of Revolutionary Anarchism*. Oakland: AK Press, no prelo, p. 57.

¹⁰⁴ Abraham Guillén foi um militante e teórico anarquista da guerrilha. Influenciou decisivamente a concepção de “luta avançada” da Federação Anarquista Uruguai, crítica do foquismo e também grande parte das organizações de esquerda que investiram na luta armada.

“Uma perspectiva global, todavia, nos mostra que o movimento de massas sindicalista e anarquista existiu fora da Espanha. A noção da excepcionalidade espanhola também dá pouca atenção a um número importante de casos como os da Europa Ocidental.” SCHMIDT, VAN DER WALT, 2009, p. 274, tradução nossa.

Segundo Schmidt, ao contrário desta tese da excepcionalidade espanhola, o anarquismo dominou os movimentos sindicais na Argentina, Brasil, Chile, Cuba, França, México, Holanda, Peru, Portugal e Uruguai. Movimentos camponeses influenciados pelos anarquistas foram desenvolvidos na Bulgária, Manchúria, México, Ucrânia assim como a Espanha. O autor também afirma que “a noção de que o anarco-sindicalismo foi algo parecido com a pequena-burguesia é claramente não convincente”.¹⁰⁵

“Deixando de lado a ideia fácil de que os sindicatos de trabalhadores *podem* representar a pequena burguesia, é evidente que o sindicalismo, em seu período glorioso, não foi uma reação contra a modernidade, isolada da classe trabalhadora moderna – ele foi um movimento de trabalhadores assalariados, incluindo os locais mais avançados de produção industrial. [...]

Falando da Espanha, J. Romero Maura tem argumentado que a visão da CNT foi obscurecida pela visão de que o anarco-sindicalismo foi uma doutrina messiânica e irrealista, incompatível com as condições industriais modernas.”

SCHMIDT, VAN DER WALT, 2009, p. 281.

O anarquismo, como corrente política, desenvolveu-se tanto nos países “avançados” (França, Inglaterra, Estados Unidos, etc.) quanto nos “atrasados” (Bulgária, Espanha, etc.); permaneceu atuante, ainda que com diferenças em suas singularidades e força política, tanto nas primeiras décadas do século XX, quanto nos anos posteriores. Longe de ser um fenômeno pré-político ou “pequeno-burguês”, o anarquismo difundiu-se e ajudou a constituir a face organizada da classe trabalhadora em suas entidades de classe.

Obviamente, muitos anarquistas eram críticos do sindicalismo e enxergavam os limites de um movimento que só poderia avançar sobre os “escombros” da velha sociedade capitalista; uma minoria presente nos círculos anarquistas de vários países,

¹⁰⁵ SCHMIDT, VAN DER WALT, p. 281.

segundo contextos históricos específicos, rejeitava a ação sindical e restringia-se ao campo da propaganda pelo fato. Ainda assim, o diálogo fundamental destes militantes, se realizava com a militância sindicalista revolucionária e/ou anarco-sindicalista. Coincidentemente, o estudo do anarquismo como um fenômeno histórico cresceu justamente num momento de grande interesse dos historiadores pelo movimento operário, em que os libertários tiveram um papel de relevo para sua constituição e atuaram fundamentalmente reforçando a associação e organização de classe.

Negar ou dissociar o enraizamento dos anarquistas nas lutas da classe trabalhadora e sua contribuição na formação do que hoje chamamos de sindicalismo de intenção revolucionária, sindicalismo de base e/ou combativo, dá margem à reciclagem de velhos preconceitos e permite a reprodução de erros básicos na interpretação de suas práticas sociais. A pior forma de compreender um movimento político é analisá-lo pelas caricaturas construídas por seus adversários políticos. A presença política dos anarquistas e sua trajetória histórica foram fundamentais para o enraizamento de determinadas práticas que possuem na auto-organização da classe e nas lutas contra as variadas formas de dominação seu eixo fundamental. Mantiveram acesas as perspectivas da utopia de um socialismo libertário que se opunha ao capitalismo e aos totalitarismos de esquerda conformados no “socialismo real”. Ajudaram a incorporar por meio da luta e a ação direta de intenção classista, muitos direitos que os trabalhadores e as classes oprimidas usufruem. Suas práticas históricas, portanto, se inscrevem decisivamente, ainda que de maneira subterrânea, no imaginário dos que hoje ainda lutam, a despeito de muitos não perceberem ou optarem abertamente por ignorar seus contornos.

Referências

AZEVEDO, Raquel. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927 – 1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002

BLOCH, Gérard; TRÓTSKY, Leon. *Marxismo e Anarquismo*. São Paulo: Editora Kairós, 1981.

BERKMAN, Alexandre; MAKHNO, Nestor; SKIRDA, Alexandre. *Nestor Makhno e a Revolução Social na Ucrânia*. São Paulo: Imaginário, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *O Poder Simbólico*; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. “Marxismo e Teoria Revolucionária” In. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CERUTTI, Simona. Microhistory: social relations versus cultural models. In: CASTRÉN, Anna-Maija; LONKILA, Markku; PELTONEN, Matti (Eds). *Between sociology and history*. Helsinki: SKS/Finnish Literature Society, 2004.

CLASTRES, Pierre. “Copérnico e os selvagens”. In: *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naife, 2003, pp. 23-41.

COELHO, Plínio Augusto (org). *Mai de 68: Os Anarquistas e a Revolta da Juventude*. São Paulo: Imaginário; Faísca, 2008.

COLOMBO, Eduardo; et AL. *História do Movimento Operário Revolucionário*. Tradução de Plínio Coelho. 1ª ed., São Caetano do Sul: Imaginário, 2004.

CORRÊA, Felipe. *Ideologia e Estratégia: Anarquismo, Movimentos Sociais e Poder Popular*. São Paulo: Faísca, 2011

_____. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Bettine de Almeida. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. “Sinônimo de Anti-estatismo.” Disponível em <<http://www.negodito.com/a-sinonimo-de-anti-estatismo/>> Acessado em 01/09/2012.

DE JONG, Rudolf. *A Concepção Libertária da Transformação Social Revolucionária*. São Paulo: Faísca, 2008.

DIZ, Verônica; TRUJILLO, Fernando L. *Resistência Libertaria*. Buenos Aires: Madreselva, 2007.

DOLGOFF, Sam. *A Relevância do Anarquismo para a Sociedade Moderna*. São Paulo: Editora Faísca, 2005.

_____. “The Cuban Revolution: a critical perspective.” In: Libcom, 2011. Disponível em <<http://libcom.org/history/cuban-revolution-critical-perspective-sam-dolgoff>>. Acessado em 05/11/12.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERNÁNDEZ, Frank. *El Anarquismo en Cuba*. Madri: Fundación Anselmo Lorenzo, 2000.

GUÉRIN, Daniel. *O Anarquismo: da doutrina à ação*. Rio de Janeiro: Germinal, 1968.

HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª edição, 1976, p. 113.

_____. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LÊNINE, V.I. *As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo V. I. Lênine*. In The Marxists Internet Archive, Março de 1913. Acessado em 13/06/2010.

LÊNIN, V.I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Editora Símbolo, 1978.

LEVAL, Gaston. *Bakunin, Fundador do Sindicalismo Revolucionário*. São Paulo: Imaginário; Faisca, 2007.

_____. *Colectividades Libertarias En España*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1972.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladimir. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*. Moscou: Progreso, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Sobre Proudhon*. (Carta a J. B. Von Schweitzer), 24/01/1865. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1865/01/24.htm>> Acessado em 05/07/2012.

MECHOSO, Juan C. *Acción directa anarquista: una historia de FAU*. Tomo I, II e III. Montevideo: Editorial Recortes, 2005.

MINTZ, Frank. *O Anarquismo Social*. São Paulo: Editora Imaginário, 2006.

MOVIMENTO DE MAKHNO. Disponível em <<http://www.nestormakhno.info/english/gse-makhno.htm>>, Acessado em 06/05/11.

ROCKER, Rudolph. *A Ideologia do Anarquismo*. São Paulo: Editora Faisca, 2005.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História Conceitual do Político*. Revista Brasileira de História, São Paulo: v. 15, nº 30, pp. 9-22, 1995.

RUGAI, Ricardo Ramos. *O Socialismo como crítica da Economia Política: as questões econômicas na obra de Proudhon (1838-1847)* / Ricardo Ramos Rugai; orientador Osvaldo Luis Angel Coggiola. – São Paulo, 2011. Tese (Doutorado) –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de Concentração: História Econômica.

RÜSEN, Jörn. Científica – a constituição metódica da ciência da história In *Razão Histórica – Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UNB, 2001.

SAMIS, Alexandre. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SCHMIDT, Michael. *Anarquismo Búlgaro em Armas: a linha de massas anarco-comunista – parte I*. Rio de Janeiro: Editora Faisca, 2009.

_____. *Cartography of Revolutionary Anarchism*. Oakland: AK Press, no prelo, p.18, tradução nossa.

_____; VAN DER WALT, Lucien Van Der. *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism*. Oakland: Ak Press, 2009.

_____. *Global Fire: 150 fighting years of international anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, no prelo.

SILVA, Rafael Viana da. “Anarquismo Contra o Anarquismo”. In: Anarkismo.net, 2011b. Disponível em <<http://www.anarkismo.net/article/20240>>. Acessado em 12/10/2012.

_____. *Indelévels Refratários: As Estratégias Políticas Anarquistas e o Sindicalismo Revolucionário no Rio de Janeiro em Tempos de Redemocratização (1946-1954)*. Orientadora: Maria Paula Nascimento Araújo. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Departamento de História, 2011. Monografia (Bacharelado em História)

SUÁREZ, Michel. *Considerações críticas sobre a Revolução Espanhola (1936-1937)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

WALTER, Nicolas. *Do Anarquismo*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, s/d

WOODCOCK, George. *Anarquismo: Uma História das Idéias e Movimentos Libertários*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.